

Rating de governança: tema de debate na área de RI

A presença na listagem do Novo Mercado – ou mesmo nos demais níveis de governança da Bovespa – reflete a disposição das empresas brasileiras em aperfeiçoar cada vez mais seus padrões de governança corporativa, mas não pode ser confundida com uma ferramenta exclusiva para classificar a adesão dessas companhias às melhores práticas. Até onde a listagem é suficiente como sinal de que as companhias estão melhorando sua governança e a partir de que momento será necessário um “rating” para avaliar esse comportamento? Essa é uma das questões colocadas em debate pelos profissionais de Relações com Investidores (RI), que discutem a importância do rating para a governança das empresas brasileiras.

Prática já adotada em outros países, em mercados de capitais que convivem há mais tempo com os preceitos de governança, essa modalidade de rating permite classificar os diferentes graus de adesão da empresa a tais padrões, mas ainda é uma ideia pouco difundida entre as companhias abertas e os investidores brasileiros. Os ratings elaborados pelas agências de classificação de risco atribuem notas de acordo com critérios que podem variar de agência para agência, mas sempre levam em conta a transparência, a equidade na prestação de contas, entre outros aspectos indispensáveis.

De acordo com o analista de governança corporativa e sustentabilidade da agência SR Rating, Gustavo Pimentel, “atualmente os níveis de governança da Bovespa bastam para o mercado, até um ponto em que não irão mais bastar”. Ele observa que a presença nos níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa é considerada, de modo geral, um sinal indiscutível de boa governança, o que diminui a procura pelo serviço de rating. “Como os investidores geralmente aceitam a listagem no Novo Mercado, por exemplo, como uma prova irrefutável de boa governança, muitas empresas não querem incorrer em um custo adicional de contratar o rating/pontuação.” Além disso, lembra Pimentel, algumas empresas temem que uma análise mais profunda possa revelar problemas, o que é mais um motivo para derrubar a demanda pelos serviços de rating de governança no Brasil. Para romper essa barreira, ele acredita que será preciso contar com a pressão exercida pelos grandes investidores, como os fundos de pensão, de modo que o rating seja devidamente utilizado para melhorar os níveis de avaliação das empresas pelo mercado.

Para o analista de renda variável da Itaú Corretora, Gilberto de Souza, o rating de governança não é uma ferramenta adotada hoje pelo mercado brasileiro. Ele defende sua importância e afirma que “todo mecanismo para avaliar a aderência das empresas às melhores práticas de governança é bem-vindo”, mas alerta para o fato de que o rating deve ser bem estruturado a partir de critérios técnicos. “O rating já poderia estar sendo utilizado no Brasil para aperfeiçoar a avaliação do mercado, mas há uma aceitação geral dos níveis de governança da Bovespa, o que pode ser um equívoco, uma vez que na Bolsa os conceitos de governança são muito gerais.”

Apesar das dificuldades, o presidente da agência Austin Ratings, Erivelto Rodrigues, acredita que o serviço já está entrando em forte ritmo de expansão, com tendências positivas de crescimento. As empresas, diz Rodrigues, estão dispostas a contar com esse instrumento como parte de sua estratégia de aperfeiçoamento. “O primeiro ponto positivo é a valorização, por meio de uma avaliação completa, abrangente, mas, sobretudo, independente das práticas de governança corporativa da empresa, que demonstra ao mercado e a todos os stakeholders (públicos estratégicos) que a empresa adota boas práticas, o que se materializa na proteção de seus interesses.” Além disso, ele aponta o aprendizado gerado pelo rating, a partir da necessidade de auto-avaliação. “Isso faz com que a empresa adote as modificações necessárias para melhorar seu desempenho no mercado, bem como gerar mais capital e o consequente desenvolvimento esperado.”

No panorama do mercado brasileiro hoje, em que apenas uma empresa tem nota de governança divulgada, o Bradesco, que obteve nota máxima (AA), é fundamental aquecer o debate sobre o tema. Para Gilberto de Souza, muitas empresas simplesmente optaram por não divulgar suas notas porque elas “não foram tão boas”. Gustavo Pimentel acredita que o mercado precisa de mais tempo para se desenvolver, exigindo maior ousadia das empresas para divulgar suas notas e maior demanda dos investidores por análise independente”. A partir desses dois quesitos, ele acredita que o rating ganhará espaço e assumirá o devido valor que representa para o mercado de capitais. “Os investidores vêem com bons olhos as iniciativas de transparência e quantificação de ativos intangíveis, principalmente quando realizadas com suporte de empresas independentes e sem conflitos de interesse”.

Uma das dificuldades para a disseminação do rating de governança no mercado, admite Pimentel, está no fato de que esse é um instrumento conceitual, totalmente diverso do rating de crédito, que traz uma função de medida de risco ou probabilidade de default (“quebra” da empresa). Mesmo assim, assegura o analista da SR, o rating de governança atinge em cheio o objetivo de melhora da reputação e diminuição do custo de capital do mercado, através da avaliação profunda do seu nível de governança.

Em âmbito internacional, a avaliação de risco baseada em conceitos de ética, governança, transparência e responsabilidade social já é uma realidade há algum tempo. Segundo o especialista norte-americano William Cox, diretor da Management & Excellence S.A. (M&E), empresa de avaliação de risco de ética sediada em Madri, esse gênero de rating deve ultrapassar o terreno da subjetividade e da arbitrariedade, usando a abordagem mais objetiva possível.

Para isso, a M&E trabalha com um questionário composto por 300 perguntas e faz a avaliação de áreas que contribuam para os resultados básicos ou que ajudem de fato a produzir desenvolvimento sustentado na empresa, como os programas de treinamento, contribuições comunitárias estratégicas, modernização de plantas, políticas de relacionamento com fornecedores, programas de atendimento a clientes, registros de litígios, etc. A partir daí, o rating é montado com base nos itens desempenho ético/risco ético e desempenho financeiro. O trabalho procura ser mais detalhado e abrangente, incluindo um quadro completo de oportunidades e riscos relacionados à situação ética administrativa e estratégica da empresa, além de levar em conta a performance financeira no resultado final. Segundo Cox, é preciso identificar os pontos fortes e fracos das companhias. “Não ficamos apenas na conversa; é preciso ter evidências”.

Para os profissionais de RI, o assunto merece atenção. “O Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) tem o firme propósito de contribuir para a formação e o desenvolvimento do profissional de RI. Dentro desse contexto, uma de nossas preocupações recorrentes é saber como o profissional de RI deve se posicionar dentro da sua empresa em relação aos ratings de governança corporativa”, diz Luiz Henrique Valverde, vice-presidente do IBRI. O Instituto está organizando um seminário sobre esse tema que será divulgado em breve.

Sede do IBRI

Rua XV de Novembro, 233 – 4º andar – São Paulo/SP

Fone (11) 3106-1836

E-mail: ibri@ibri.com.br

www.ibri.com.br